

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2023

DENOMINAÇÃO: LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

MORADA: Rua Santos Pousada, nº. 182

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Bonfim

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4000-478

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Porto, 30 Abril 2024

ASSINATURAS:

Azêdo 30-4-2024
S. Municipal
7/2

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte : 500849200
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	240 682,22	252 267,03
Investimentos financeiros	10.12	6 491,43	6 117,00
		247 173,65	258 384,03
Ativo corrente			
Inventários	5	392,48	433,98
Créditos a receber	10.6	706,50	401,50
Estado e outros entes públicos	10.7	1 046,42	2 158,13
Diferimentos	10.2	1 312,66	4 309,05
Outros ativos correntes	10.1	416 842,91	40 751,39
Caixa e depósitos bancários	10.3	1 983 434,89	1 905 134,86
		2 403 735,86	1 953 188,91
Total do ativo		2 650 909,51	2 211 572,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.4	31 666,62	31 666,62
Resultados transitados	10.4	1 599 824,31	1 569 075,26
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.4	31 805,56	32 465,88
		1 663 296,49	1 633 207,76
Resultado líquido do período		67 016,76	30 749,05
Total dos fundos patrimoniais		1 730 313,25	1 663 956,81
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.5	18 705,11	10 773,32
Estado e outros entes públicos	10.7	11 352,62	13 880,61
Diferimentos	10.2	404 632,77	61 826,00
Outros passivos correntes	10.8	485 905,76	461 136,20
		920 596,26	547 616,13
Total do passivo		920 596,26	547 616,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 650 909,51	2 211 572,94

A Direção

O Contabilista Certificado

Assinatura da Direção

Assinatura do Contabilista Certificado

Assinatura adicional

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

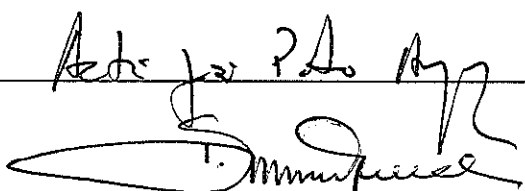
Contribuinte: 500849200

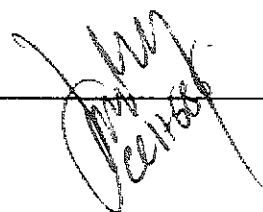
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 023	2 022
Vendas e serviços prestados	6	31 380,41	27 128,95
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	933 357,34	817 266,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-89 208,02	-81 472,94
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-251 088,52	-183 462,70
Gastos com o pessoal	8	-573 011,04	-542 279,45
Aumentos/reduções de justo valor	10.11	-9,14	-656,25
Outros rendimentos	10.13	31 274,68	5 877,53
Outros gastos	10.14	-3 894,72	-1 394,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		78 800,99	41 007,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-11 784,23	-10 258,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 016,76	30 749,05
Resultados antes de impostos		67 016,76	30 749,05
Resultado líquido do período		67 016,76	30 749,05

A Direção

O Contabilista Certificado







LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		31 630,18	26 998,95
Pagamentos a fornecedores		-303 770,28	-269 162,16
Pagamentos ao pessoal		-364 074,78	-337 070,10
Caixa gerada pelas operações		-636 214,88	-579 233,31
Outros recebimentos/pagamentos		688 235,72	669 399,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		52 020,84	90 165,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-44 739,84
Investimentos financeiros		-643,85	-1 285,53
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		89,82	49 515,35
Subsídios ao investimento		0,00	33 016,15
Juros e rendimentos similares		16 546,26	93,38
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		15 992,23	36 599,51
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		10 286,96	19 688,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		10 286,96	19 688,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		78 300,03	146 453,79
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 905 134,86	1 758 681,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.3	1 983 434,89	1 905 134,86

A Direção

O Contabilista Certificado

Adriana Paula Aguiar
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

LAR DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 500849200

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	Casa Residencial	Projeto Gas Fenosa I e II	Projeto Reviravolta - BPI La Caixa	PERÍODOS	
						2023	2022
Vendas e serviços prestados		31 380,41	0,00	0,00	0,00	31 380,41	27 128,95
Custo das vendas e dos serviços prestados		-156 352,64	-493 994,55	0,00	-13 058,97	-663 406,16	-623 752,39
Resultado Bruto		-124 972,23	-493 994,55	0,00	-13 058,97	-632 025,75	-596 623,44
Outros Rendimentos		149 844,60	697 468,67	81 285,05	36 034,18	964 632,50	823 170,33
Gastos administrativos		-33 179,77	-118 334,91	-81 285,05	-28 885,92	-261 685,65	-193 813,72
Outros Gastos		-216,09	-3 688,25	0,00	0,00	-3 904,34	-1 984,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8 523,49	81 450,96	0,00	-5 910,71	67 016,76	30 749,05
Resultado antes de impostos		-8 523,49	81 450,96	0,00	-5 910,71	67 016,76	30 749,05
Resultado líquido do período		-8 523,49	81 450,96	0,00	-5 910,71	67 016,76	30 749,05

A Direção

O Contabilista Certificado

Ant. José 24.05.12
Impres
13

13.05.12

LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2023**



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos fixos tangíveis	10
5	Inventários	10
6	Rendimentos	11
7	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	11
8	Benefícios dos empregados	11
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
10	Outras divulgações	12
10.1	Outros ativos correntes	12
10.2	Diferimentos	13
10.3	Caixa e Depósitos Bancários	13
10.4	Fundos Patrimoniais	13
10.5	Fornecedores	14
10.6	Créditos a receber	14
10.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
10.8	Outros Passivos Correntes	15
10.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
10.10	Fornecimentos e serviços externos	16
10.11	Aumentos / reduções de justo valor	16
10.12	Investimentos financeiros	17
10.13	Outros rendimentos	17
10.14	Outros gastos	17
10.15	Resultados Financeiros	18
10.16	Projeto Gasfenosa I, Gasfenosa II e POISE	18
10.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	21
10.18	Acontecimentos após data de Balanço	21

1 Identificação da Entidade

O Lar Nossa Senhora do Livramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº278 de 2 de Dezembro de 2000.

Tem sede na Rua de Santos Pousada, 182, freguesia do Bonfim no concelho do Porto.

Visa dar apoio às crianças e raparigas socialmente mais desfavorecidas ou carenciadas na sua formação e integração social, bem como desenvolver, dentro das suas possibilidades, todas as valências sociais que estejam ao seu alcance, sempre em resposta às necessidades que forem reconhecidas mais prementes no tempo e no local.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015 de 2 de Junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.



3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 11.3, para melhor compreensão.



As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.4 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que estes são reconhecidos como tal.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Todas as propriedades de investimento que a instituição detém foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma contabilística em vigor desde 1/1/2016.

3.2.5 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os "Créditos a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	Adições	Regularizações	31-12-2023
Edifícios e Outras Construções	302 075,58			302 075,58
Equipamento Básico	113 389,68			113 389,68
Equipamento de Transporte	36 237,69		14 864,18	21 373,51
Equipamento Administrativo	108 564,59			108 564,59
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77			6 673,77
Ativo Tangível Bruto	566 941,31	0,00	14 864,18	552 077,13
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	83 297,26	5 915,55		89 212,81
Equipamento Básico	100 562,03	3 731,33	199,42	104 093,94
Equipamento de Transporte	15 576,63	2 137,35	14 864,18	2 849,80
Equipamento Administrativo	108 564,59			108 564,59
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6 673,77			6 673,77
Depreciações Acumuladas	314 674,28	11 784,23	14 664,76	311 394,91
Ativo Tangível Líquido	252 267,03	11 784,23	199,42	240 682,22

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2023	2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	392,48	433,98
Total	392,48	433,98

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2023	2022
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	433,98	466,90
Compras	72 101,54	66 811,20
Doações	17 064,98	14 628,82
Saldo Final	392,48	433,98
Gastos do Período	89 208,02	81 472,94

A rubrica Doações diz respeito aos valores doados relativos a géneros alimentares.

6 Rendimentos

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2023	2022
Prestação de Serviços	31 380,41	27 128,95
Quotas do Utilizadores	31 380,41	27 128,95
Outros Rendimentos e Ganhos	4 785,61	2 403,44
Rendas e Outros Rendimentos não financeiros	4 785,61	2 403,44
Juros e dividendos	21 909,27	1 104,30
Depósitos Bancários	20 898,35	93,38
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	58 075,29	30 636,69

7 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2023		2022	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	706 349,77	0,00	661 790,24
Programa Expansão Pré-Escolar	Não Reembolsável	0,00	31 927,68	0,00	29 741,52
Junta de Freguesia do Bonfim	Não Reembolsável	660,32	0,00	32 465,88	550,27
IAPMEI	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	1 792,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	28 019,15	0,00	14 338,44
Total		660,32	766 296,60	32 465,88	708 212,47

8 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 5 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2023 e 2022 foi de, respetivamente, 34 e 32.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remuneração aos Órgãos Sociais	14 610,00	11 880,00
Remunerações ao pessoal	435 405,65	396 602,73
Indeminizações	378,27	153,93
Encargos sobre as Remunerações	102 007,12	94 529,89
Seguros de Acidentes no Trabalho	11 903,76	10 691,50
Outros Gastos com o Pessoal		
Formação Profissional	1 445,00	405,20
Vestuário e Calçado	148,00	209,51
Higiene, medicina e segurança no trabalho	720,00	660,00
Outros	100,00	0,00
Iefp – Programa Marees	6 293,24	27 146,69
Total	573 011,04	542 279,45

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Fornecedores - adiantamentos	699,68	225,15
Rendas a receber	5 669,77	2 473,36
Juros a receber	4 352,09	0,00
Dotação a receber	875,28	875,04
Programa expansão pré-escolar	31 927,68	29 670,84
IEFP	6 214,26	0,00
Projeto Naturgy	354 523,30	5 344,58
Projeto BPI La Caixa	6 518,00	0,00
Educandas	2 062,85	1 793,86
Outros devedores	4 000,00	368,56
Total	416 842,91	40 751,39

10.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Seguros	836,82	4 161,45
Outros gastos	475,84	147,60
Total	1 312,66	4 309,05
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto GasFenosa	390 927,76	38 313,51
Projeto BPI La Caixa	1 753,20	0,00
Rendas	116,50	116,50
IEFP	3 680,13	0,00
ISS – Instituto da Segurança Social		
Apoio Extraordinário 2023	0,00	12 436,65
Adiantamento atualização 2023	0,00	10 959,34
Adiantamento atualização 2024	8 155,18	0,00
Total	404 632,77	61 826,00

10.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 940,70	1 514,94
Depósitos à Ordem	262 153,40	300 825,39
Depósitos a Prazo	1 719 340,79	1 602 794,53
Total	1 983 434,89	1 905 134,86

10.4 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2023:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	31 666,62			31 666,62
Resultados Transitados	1 569 075,26	30 749,05		1 599 824,31
Outras Variações Fundos Patrimoniais	32 465,88		660,32	31 805,56
Total	1 633 207,76	30 749,05	660,32	1 663 296,49

10.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores	18 705,11	10 773,32
Total	18 705,11	10 773,32

10.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Cientes		
Utentes	706,50	401,50
Total	706,50	401,50

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA - Restituição	1 046,42	2 158,13
Total	1 046,42	2 158,13
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	3 155,75	3 301,75
Segurança Social	8 196,87	10 409,38
FCT e FGCT	0,00	169,48
Total	11 352,62	13 880,61

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
Adiantamentos utentes	771,77	156,00
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	215,32
Credores por Acréscimo de Gastos	86 246,50	85 289,34
Remunerações a Liquidar	82 602,00	82 128,12
Outras despesas diferidas		
Água	272,06	237,19
Eletricidade	2 558,00	2 778,11
Gás	200,30	128,36
Comunicações	139,14	0,00
Outros credores por acréscimo gastos	475,00	17,56
Instituto Segurança Social	346 075,75	346 075,75
Reposição Dotação Lar 2014	140 065,93	140 065,93
Reposição Dotação Lar 2015	167 357,72	167 357,72
Reposição Dotação Lar 2016	38 652,10	38 652,10
Outros Credores	52 811,74	29 399,79
Penhoras	36,92	0,00
Educandas	52 541,27	29 166,24
Outros Credores	233,55	233,55
Total	485 905,76	461 136,20

Os valores inscritos na rubrica "Reposição Dotação Lar ..." respeitam aos valores que se considera reembolsar à Segurança Social, pelo facto de durante os períodos em causa as transferências da dotação terem sido calculadas tendo por base um número de utentes superior ao que estava acordado no protocolo de cooperação.

Como tal a instituição optou por não reconhecer o rendimento total das transferências relativas à dotação, uma vez que muito provavelmente terá de proceder à devolução deste valor. Fica desta forma salvaguardado o reconhecimento no futuro de gastos relativos à devolução de verbas, bem como o reconhecimento neste exercício de rendimentos indevidos.

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios e Apoios do Governo	766 296,60	707 662,20
Subsídios de Outras Entidades	111 957,27	65 154,79
Doações (donativos dinheiro e espécie)	54 871,91	44 233,98
Legados	231,56	215,51
Total	933 357,34	817 266,48

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

Os subsídios de "Outra Entidades" englobam 81 120,47 euros referentes ao projeto Gasfenosa e 30 836,80 euros referentes ao projeto Reviravolta - BPI La Caixa.

O valor inscrito em donativos contempla, além de outros, o valor de 6 155,83 euros em géneros alimentares doados pela Lactogal, 34 429,12 euros relativos a outros donativos em espécie e 14 286,96 euros relativos a donativos em numerário.

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	1 187,10	0,00
Serviços especializados	62 227,04	32 631,91
Materiais	14 319,64	7 153,27
Energia e fluídos	31 531,38	31 068,88
Deslocações e estadas	509,33	987,81
Serviços diversos	12 777,60	16 241,23
Encargos com Utentes	47 251,38	30 118,27
Projeto GasFenosa	81 285,05	65 261,33
Total	251 088,52	183 462,70

10.11 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2023 e 2022 ganhos e perdas do "justo valor" no seguinte investimento financeiro:

Descrição	2023	2022
Montepio Tesouraria - fundos mobiliários	0,00	- 678,35
Caixa Geral de Depósitos - Ações e Obrigações	0,00	0,26
Fundos de Compensação	- 9,14	21,84
Total	- 9,14	-656,25

10.12 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2023	2022
Outros investimentos Financeiros		
Participação – Social Shop	250,00	250,00
FCT	6 241,43	5 867,00
Total	6 491,43	6 117,00

10.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Outros Rendimentos e Ganhos	9 365,41	4 773,23
Rendimentos Suplementares - Feirinha	0,00	621,75
Descontos Pronto Pagamento	240,28	157,23
Alienações	0,00	500,00
Rendas e Outros Rendimentos Prop. Investimento	4 785,61	1 903,44
Benefícios de penalidades contratuais	772,00	0,00
Imputação subsídio para o investimento	660,32	550,27
Correções períodos anteriores	2 522,20	606,25
Outros	385,00	434,29
Juros	21 909,27	1 104,30
Depósitos Bancários	20 898,35	93,38
De Títulos	1 010,92	1 010,92
Total	31 274,68	5 877,53

10.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	2 538,76	253,96
Dívidas incobráveis de utentes	0,00	93,00
Correções exercícios anteriores	953,96	584,00
Donativos	0,00	66,78
Quotizações	396,00	396,00
Multas e Penalidades	6,00	0,81
Total	3 894,72	1 394,55

10.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	20 898,35	93,38
Dividendos obtidos	1 010,92	1 010,92
Total	21 909,27	1 104,30
Resultados Financeiros	21 909,27	1 104,30

10.16 Projeto Naturgy I, Naturgy II e POISE

A entidade no exercício de 2014 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa inicialmente denominado "Projeto Gasfenosa", mas que atualmente se denomina como "Projeto Naturgy".

Este programa consiste no apoio por parte da empresa aos gastos incorridos pelo Lar Nossa Senhora do Livramento no que concerne a matrículas e mensalidades, manuais escolares, apoio ao estudo e alimentação (cantinas), de acordo com a candidatura efetuada.

O projeto, primeiramente, iria ser desenvolvido até ao ano letivo de 2022-2023 e tinha um valor global previsto de 263.891,00 euros.

Em maio de 2018 foi feita uma Adenda ao Acordo de Cooperação, onde mais quatro alunas passaram a integrar o programa e, por esse motivo, atualizou-se a contribuição para o montante máximo global de 302.608,00€.

No ano de 2020 foi feita nova Adenda ao Acordo de Cooperação, com a entrada de mais três alunas para o programa, tendo sido feita nova atualização para o montante máximo global de 408.929,00€. €.

No ano de 2023 foi feita nova Adenda ao Acordo de Cooperação, tendo sido feita nova atualização para o montante máximo global de 825.765.00€.

O quadro seguinte reflete a nova distribuição por ano letivo dos gastos previstos segundo as diferentes rubricas aprovadas para o projeto:

Tipo Gasto	2014-22	2022-23	2023-24	2024-25	2025-26	2026-27	2027-28	2028-29	2029-30	2030-31	TOTAL
Matrículas e Mensalidades	275 506,23	58 101,41	49 320,00	49 320,00	49 320,00	49 320,00	30 105,00	19 105,00	14 630,00	7 370,00	602 097,64
Manuais escolares	19 188,37	3 554,36	4 300,00	4 500,00	4 500,00	4 500,00	2 700,00	1 800,00	1 200,00	600,00	46 842,73
Apoio ao estudo	17 358,89	250,07	1 250,00	750,00	500,00	1 250,00	1 000,00	500,00	250,00	500,00	23 608,96
Alimentação (cantina)	16 435,35	2 416,89	4 720,00	4 720,00	4 720,00	4 720,00	4 210,00	3 310,00	3 800,00	2 000,00	51 052,24
Transporte	26 026,71	7 137,11	12 500,00	12 500,00	12 500,00	12 500,00	7 500,00	5 500,00	4 000,00	2 000,00	102 163,82
TOTAL	354 515,55	71 459,84	72 090,00	71 790,00	71 540,00	72 290,00	45 515,00	30 215,00	23 880,00	23 880,00	825 765,39

No quadro seguinte apresentamos a previsão de recebimentos anuais relativos ao projeto:

	Total Anual	TOTAL
Ano 2014	32 646,00	32 646,00
Ano 2015	33 450,00	66 096,00
Ano 2016	28 252,00	94 348,00
Ano 2017	24 389,00	118 737,00
Ano 2018	38 039,00	156 776,00
Ano 2019	47 421,00	204 197,00
Ano 2020	69 860,00	274 057,00
Ano 2021	61 367,00	335 424,00
Ano 2022	73 667,00	409 092,00
Ano 2023	74 556,00	483 647,00
Ano 2024	86 208,00	569 855,00
Ano 2025	71 540,00	641 395,00
Ano 2026	72 290,00	713 685,00
Ano 2027	45 515,00	759 200,00
Ano 2028	30 215,00	789 415,00
Ano 2029	23 880,00	813 295,00
Ano 2030	12 470,00	825 765,00

Os gastos incorridos nas diferentes rubricas, o valor recebido bem como o rendimento reconhecido no exercício de 2023, são discriminados no quadro seguinte:

Valor Total Projeto	Valor Recebido	Recebimentos Futuros
Inicial 263.891,00€		
Recebido ano 2014	33 340,00	
Recebido ano 2015	45 330,92	
Recebido ano 2016	22 889,00	
Recebido ano 2017	31 197,00	
Adenda 2018 302.608,00€		
Recebido ano 2018	55 134,00	
Recebido ano 2019	49 240,98	
Adenda 2020 408.929,00€		
Recebido ano 2020	50 587,00	
Recebido ano 2021	70 867,00	
Recebido ano 2022	77 414,80	
Adenda 2023 825.765,00€		
Recebido ano 2023	84 556,00	
Total Recebimentos	520 556,70	354 523,30
GASTOS	2023	2022
Matrículas e Mensalidades	63 121,94	49 374,33
Manuais Escolares	4 445,91	3 124,45
Apoio ao Estudo	250,00	1 064,50
Alimentação (cantinas)	3 475,50	2 975,75
Transportes e outros	9 991,70	8 722,30
Total	81 285,05	65 261,33
Rendimento Reconhecido	2023	2022
Projeto Gasfenosa	81 147,17	65 154,79

Os gastos incorridos e imputados ao Projeto Naturgy durante o exercício de 2023 ascenderam a 81 285,05 euros. O rendimento reconhecido em 2023 foi no valor de 81 120,47 euros. A diferença deve-se a descontos obtidos no valor de 164,58 euros, independente do apoio da Naturgy ao projeto.

Em termos de recebimentos durante o exercício receberam-se 74 556,00 euros referentes ao Projeto Naturgy e 10 000,00 euros referente ao Projeto Naturgy II.

A entidade no exercício de 2018 efetuou a candidatura e foi contemplada num programa denominado "Projeto A Todo o Gás (Naturgy II)". O projeto, inicialmente, iria ser desenvolvido entre fevereiro de 2018 e julho de 2019 e tinha um valor global previsto de 29.817,28 euros. No entanto, de forma a maximizar o nível de execução do programa, foram propostos e aceites apoios não enquadráveis no projeto "Dia Solidário – Naturgy I" cuja execução se estenderá pelo menos até 2023.

10.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2023, foi o seguinte:

Pré-Escolar: 39

Lar Infância e Juventude: 39

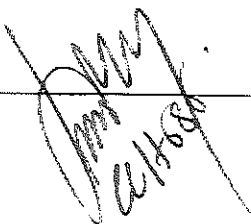
10.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção



